



INFORME DEMPI

Informativo da Micro, Pequena e Média Indústria.

01/08/2013

Por um novo modelo industrial

Por Donizete Duarte da Silva, diretor do DEMPI

Muito tem sido dito e escrito sobre as dificuldades que a indústria brasileira enfrenta em nossos dias para competir com suas concorrentes mundo afora. A globalização da economia, como previsto, derrubou as muralhas que separavam os mercados nacionais, de sorte que em cada esquina encontramos nos dias de hoje produtos antes dificilmente conseguidos ou quiçá conhecidos pelo público consumidor, de sorte que competir transformou-se num atributo inerente a toda e qualquer estratégia de negócio.

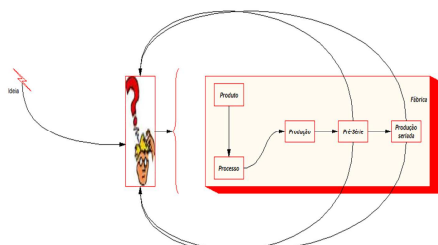
Acostumados que ficamos em avaliar resultados sem questionar nossos processos, nos assustamos ao perceber a redução sistemática de nossa participação nos mercados, e nossa aparente inabilidade em questionar nossas próprias soluções nos fazem repetir discursos e pleitos, responsáveis por nossa glória do passado e destruição no presente e futuro.

Na maioria dos casos, ainda nos defrontamos com estratégias focadas na produção ou no produto, esquivando-nos da temática real que é a estruturação de nossas empresas para sua reinvenção periódica, a sintonia com o mercado, a busca por nossas competências internas, a identificação e a compreensão de nossos reais clientes, a busca da excelência, o pensamento como guia e a produção como consequência. Em razão disso assistimos à redução sistemática do valor agregado de nossos produtos, o que, com custos exacerbados decorrentes de ações governamentais desinteressadas no aumento de nossa produtividade, e que envolvem alta carga tributária, câmbio irreal, aumentos salariais acima da capacidade de absorção por nossas empresas, logística decadente e

burocracia crescente, condena-nos à irrelevância.

Por razões como essas tanto o DEMPI quanto o CONIC promovem uma série de encontros e ações no sentido de auxiliar nossas indústrias a se reestruturar de forma a reencontrar o caminho do sucesso desses empreendimentos. Nosso foco atual é a busca de um novo modelo industrial centrado na inovação. Nessas discussões assim caracterizamos o modelo atual:

- Baixa capacidade de adaptação a cenários adversos.
- Avesso à inovação (tradicionalista).
- Pessoal de formação exclusivamente especialista.
- Baixo valor agregado.
- Pesquisa e desenvolvimento não faz parte dos modelos de negócios.
- Refratário à introdução de novas ideias (não há porta de entrada).



Com base nesta avaliação, somente poderemos sair do labirinto em que nos encontramos, se construirmos um novo modelo assim concebido:

Continua...

NESTA EDIÇÃO



Info-Legislativas:

Carteira assinada só a partir de três vezes na semana. [pag.3](#)



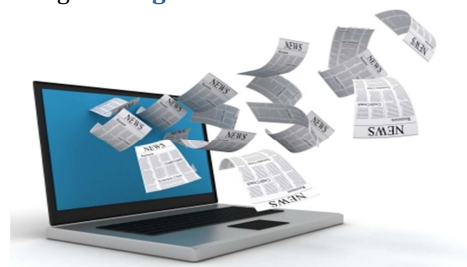
Info-Crédito:

MPI responde por 38% do crédito do BNDES. [pag.4](#)



Info-Indústria:

Prêmio MPE Brasil tem inscrições até 16 de agosto. [Pag.5](#)



Info-Notícias:

Superávit comercial da Europa com Brasil triplica de janeiro a abril. [Pag.6](#)



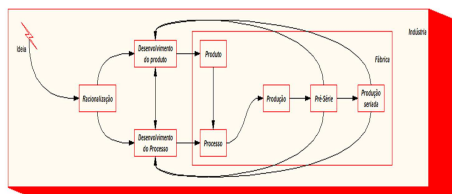
Confira aqui as palestras e eventos. [Pag.7](#)

Por um novo modelo industrial*

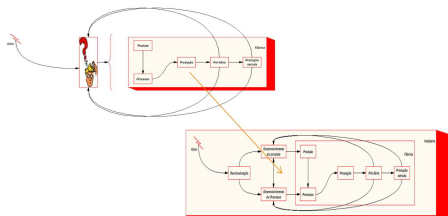
Diretor do DEMPI, Donizete Duarte da Silva.

...Continuação

- Alta capacidade de adaptação a cenários adversos.
- Orientado à inovação (visionário).
- Pessoal de formação generalista com especialização na área dos negócios.
- Pesquisa e desenvolvimento fazem parte dos modelos de negócio.
- Novas ideias tem porta de acesso estruturada.
- Alto valor agregado.

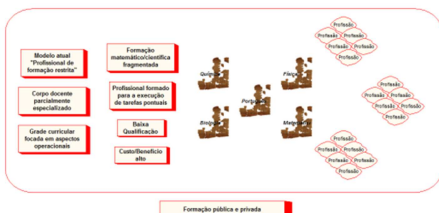


A migração do modelo atual para o aqui proposto é um trabalho a ser desenvolvido por muitas mãos, dado que a **produtividade** necessária para irrigar o novo modelo somente pode ser conseguida por uma mudança conceitual que privilegie o **cidadão** como **agente de mudanças**, e não o **estado nacional** protagonista. O modelo que centraliza as decisões no **poder público** precisa ser revisto.



O modelo atual que nos embasa tem mais vícios que virtude, vícios os quais que podem ser assim explicitados:

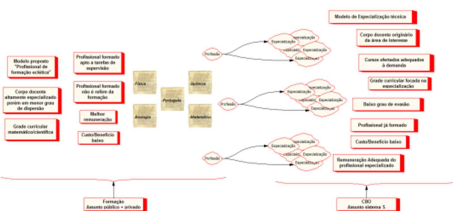
- Modelo educacional foca a operação e não o pensamento.
- Modelos de negócios focam a produção, não a criação ou inovação.
- Ausência de áreas de desenvolvimento de tecnologia nas indústrias.
- Órgãos públicos escondem a carência, ao invés de eliminá-la.



Modelos educacional e de desenvolvimento esgotaram seu alcance.

O foco no cidadão aqui mencionado tem sido objeto de discussão em diversos fóruns, nem sempre com o tom adequado, mas presume em sua essência que há uma tarefa árdua para sua conquista e que passa por:

- Incentivo à formação generalista nos níveis médio e superior.
- Formação especialista delegada ao sistema S (SENAI, SENAC, SENAT...).
- Regulamentação da profissão de pesquisador/cientista.
- Fomento a áreas de pesquisa e desenvolvimento na indústria.
- Nova profissão, regulamentada por lei, permitiria o **financiamento direto à indústria**.
- Direitos autorais claros facilitariam as decisões de investimento em novos produtos.



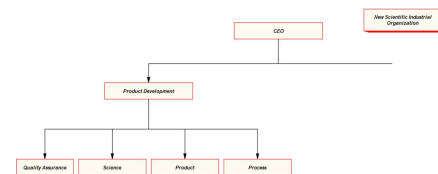
O caminho é longo, nem todas as indústrias tem tal espécie de vocação, mas elas precisam existir e em número considerável para, com sua ação, atrair as demais como fornecedoras e dessa maneira irrigar todo o sistema. A consciência obtida com o uso desse modelo pode ter implicações em todo o sistema político nacional e com isso trazer de volta o respeito que a nação brasileira merece no cenário mundial.

O modus operandi decorrente de tais ações pode ser assim enumerado:

- **Pesquisadores contratados** desenvolvem equipes de trabalho.
- Áreas de desenvolvimento passam a ser estruturadas.
- Novos processos e produtos passam a agregar valor à produção.
- Uma nova média gerência surge nas indústrias.
- Indústrias incorporam a inovação ao plano de negócios.
- Benchmark entre empresas disseminam o modelo.

Este modelo permite que as nossas indústrias possam, ao fazer uso de ferramentas de apoio já existentes no cenário institucional brasileiro como o financiamento ao desenvolvimento

industrial e científico, desenvolver ações focadas nas pessoas que em suma são o nosso foco principal quando as contratamos como funcionários ou quando para elas vendemos produtos para lhes trazer o conforto que pretendem em razão de sua percepção da realidade:



- Pesquisadores em eventos e cursos no exterior trazem novas oportunidades.
- Estratégias de ação global passam a serem traçadas.
- A tecnologia alavanca os setores industriais em todo o território nacional.
- Novos negócios passam a se espelhar na estratégia de alto valor agregado.
- Empreendedorismo como gerador de negócios focados em tecnologia.

Dessa forma vislumbramos o ressurgimento do processo de industrialização brasileiro e decorrente dele um PIB não dependente de apenas alguns setores artificialmente eleitos, mas construídos pela capacidade de empreender de todos os cidadãos brasileiros.

É preciso lembrar que o financiamento direto às indústrias não coloca o dinheiro público no bolso de alguns, como os defensores do modelo centralizado de gestão se defendem.

Serve, e isto sim, para promover a disseminação entre os cidadãos do conceito que não há riqueza na nação que não seja por eles conseguida, e que somente através da democratização das oportunidades poderemos construir um futuro promissor autossustentável para a população brasileira, razão de ser de toda e qualquer política econômica governamental em todo o mundo civilizado.

Cabe por fim lembrar que o estado não tem dinheiro algum que não seja obtido a partir das posses de outros, em particular de seus próprios cidadãos.

➔ Info-Legislativas

Redução do intervalo de intrajornada para repouso por meio de acordo coletivo de Trabalho

PL 05909/2013 do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC), que "Altera a redação do 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o intervalo de intrajornada para repouso ou alimentação".

Permite a redução do limite mínimo de uma hora para repouso ou alimentação, por meio de um acordo ou convenção coletiva de trabalho, quando os empregados não estiverem sob regime de prorrogação de horário.

Conversão da Medida Provisória nº 610/2013 que atendeu alguns importantes pleitos da Fiesp relativos a desoneração da folha de salários

Foi publicada nesta última sexta-feira a Lei nº 12.844, de 19/07/2013, resultado da conversão da Medida Provisória nº 610/2013, que, dentre várias alterações na legislação tributária, atendeu alguns importantes pleitos desta Casa, relativos a desoneração da folha de salários (produtos cujos NCMs referem-se aos pleitos do SINAFER, SIAMFESP e ABIGRAF); Setores de serviços de transporte e comércio varejista;

| Associação / Sindicato | NCM inserido na desoneração pela Lei nº 12.844 |
|------------------------|--|
| ABIGRAF | 8301.40.00, 8301.60.00, 8301.70.00, 8302.10.00 e 8302.41.00 |
| SIAMFESP | 7403.21.00, 7407.21.10, 7407.21.20, 7409.21.00, 7411.10.10, 7411.21.10, 74.12, 7418.20.00, 76.15 |
| SINAFER | 7323.93.00, 73.26, 76.15 |

Outras importantes alterações foram veiculadas na norma em epígrafe, tais como a prorrogação do prazo do REINTEGRA para até 31/12/2013 e a manutenção do regime do INOVAR-AUTO para até 31/12/2017.

Proposta assegura preferência às pequenas empresas em contratos públicos

A Câmara analisa o Projeto de Lei Complementar (PLP) 270/13, que pretende assegurar que o Poder Público dê preferência

às pequenas empresas na aquisição de bens e serviços, independentemente da edição de novas leis para regulamentar o assunto.

O Estatuto da Micro e Pequena Empresa já determina que as pequenas empresas tenham preferência nas contratações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. No entanto, o estatuto prevê que os estados, o



Distrito Federal e os municípios editem leis para assegurar o tratamento jurídico diferenciado.

O deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), autor do projeto, afirma que, mais de seis anos após a edição do estatuto, 2.300 municípios ainda não criaram a legislação necessária. O projeto altera a lei complementar para deixar claro que a preferência nas aquisições de bens e serviços independe da edição de leis federais, estaduais e municipais.

Tramitação: O projeto tramita em regime de prioridade e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, será votado no Plenário.

Ag. Câmara - 23/07/13

"Dilma veta fim da multa de 10% do FGTS em demissão sem justa causa"

A presidente Dilma Rousseff vetou o projeto de lei que previa a extinção da multa rescisória de 10% sobre o saldo do FGTS paga pelos empregadores nas demissões sem justa causa.

O texto foi aprovado pelo Senado e, no início do mês julho, aprovado também pela Câmara, quando foi enviado à sanção da presidente. O veto de Dilma foi publicado quinta-feira (25) no "Diário Oficial da União". A contribuição havia sido criada em 2001 para cobrir rombos nas contas do FGTS provocados pelos Planos Verão e Collor 1, em 1989 e 1990. De autoria do ex-senador Renato Casagrande (PSB-ES), atual

governador do Espírito Santo, a votação do projeto gerou divisão na base governista na Câmara.

O Palácio do Planalto defendeu que a base aliada votasse contra o texto, mas algumas bancadas desobedeceram a orientação.

Dilma disse também que a proposta de extinção da multa "não está acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e da indicação das devidas medidas compensatórias, em contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal".

Carteira assinada só a partir de três vezes na semana

O primeiro artigo do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre direitos das domésticas, aprovado semana passada no Senado, promete colocar fim a uma polêmica que se arrasta há anos e é pivô de ações judiciais.

Para Mário Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal, essa definição entre quem é doméstica e quem é diarista é um dos pontos mais positivos do relatório. O texto ainda precisa passar pela Câmara e ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff, mas este é um ponto que os especialistas acreditam que não será alterado.

Depois de aprovada, a Justiça não terá mais dúvida, porque uma lei federal pacificou a questão. A partir do terceiro dia na semana é empregada e tem que assinar a carteira, além de não ultrapassar duas vezes por semana, a principal preocupação de quem quiser contratar uma diarista deve ser com os recibos de pagamentos: devem ser feitos a cada vez a que pessoa for à residência.

Jornal O Globo 15 julho 2013

ACESSO À INOVAÇÃO

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicou medida desobrigando as empresas que se enquadram no regime de tributação simplificada (Simples) de utilizar o mesmo padrão do Programa Aplicativo Fiscal-Emissor de Cupom Fiscal, obrigatório para faturamentos superiores a R\$ 3,6 milhões por ano.

O órgão acatou a necessidade de desonerar as pequenas e médias empresas.

DCI - 16/07/13 - Abnôr Gondim

➔ Info-Crédito

Pequena empresa responde por 38% do crédito no BNDES

O BNDES parece estar mais focado nas micro, médias e pequenas empresas. Segundo dados do desembolso da instituição, divulgados, as companhias de menor porte tiveram alta de 60% ante o mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 27,4 bilhões. Com isso as empresas representaram 38% do total de liberações do banco nos primeiros cinco meses do ano.

Dentre os desembolsos do programa BNDES de Sustentação do Investimento, R\$ 18,7 bilhões foi destinado a esse grupo, isso representa mais de 50% do total de R\$ 36,5 bilhões.

O maior crescimento entre setores financiados pelo banco de fomento, nos primeiros cinco meses do ano a alta relativa da indústria, com expansão de 123% em R\$ 25,8 bilhões. Os destaques foram química e petroquímica, metalurgia, mecânica e material de transportes, segmentos intensivos em bens de capital.

As aprovações para construção e expansão de linhas de metrô somaram R\$ 4,3 bilhões nos primeiros cinco meses do ano.

DCI - 11/07/13

Companhias novatas terão mais recursos do BNDES

O BNDES vai lançar neste ano dois novos fundos Criatec, de investimento em capital semente, que têm como alvos empresas emergentes consideradas inovadoras.

O primeiro fundo Criatec foi criado pelo BNDES em 2007, sendo gerido por um consórcio de prestadores de serviços formado pela Antera Gestão de Recursos e pelo Grupo Instituto Inovação.

A previsão é que o Criatec 2, o BNDES será o principal cotista dos fundos, que também contarão com recursos de bancos de fomento regionais. O gestor nacional do Criatec 2 será a Ícone Investimentos, responsável por escolher as empresas investidas. A expectativa é que o gestor do Criatec 3 seja selecionado ainda neste ano. O Criatec tenta quebrar a barreira existente entre a academia e o mercado.

15/07/2013 por Valor Econômico

DESEMBOLSOS DO BNDES PARA A INDÚSTRIA CRESCEM 123% NO ANO

Impulsionada pelo Programa de Sustentação de Investimento, que oferece juros mais baixos para financiamento de bens de capital, a indústria mostrou sinais positivos nos números do BNDES. O banco divulgou aumento de 67% nos desembolsos totais de janeiro a maio deste ano, que somaram R\$ 73 bilhões.

Na prática, o interesse do empresariado por compras de máquinas, equipamentos e caminhões, principalmente pelo setor agrícola, combinado com a atratividade do PSI, favoreceram os bons números da indústria e ajudaram acelerar os desembolsos como um todo, na análise do superintendente da área de Planejamento do banco.

Somente as operações com o PSI subiram 285% de janeiro a maio deste ano, ante igual período em 2012, para R\$ 36,5 bilhões. Esse forte apetite do empresariado por crédito para máquinas e equipamentos, ressaltou o especialista, indica sinalizações importantes sobre as condições atuais da economia.

No entanto, o aparente interesse da indústria por novos investimentos ainda não se refletiu no nível de atividade industrial. Dados do IBGE atestam que, em maio, a produção industrial caiu 2% ante abril e ainda mostram retração de 0,5% em 12 meses até maio. O superintendente do banco lembrou que, até recentemente, a indústria brasileira sofria forte concorrência de importados, devido a câmbio desfavorável.

15/07/2013 por Shoptrans

➔ Destaques

FINEP lançou edital de R\$ 640 milhões para Parques Tecnológicos

O ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a FINEP lançou, no dia 9 de julho, no Espaço FINEP, o edital de R\$ 640 milhões voltado a parques tecnológicos em operação e em estágio de implantação. A chamada se destina ainda a empresas residentes nos parques ou em incubadoras.

O objetivo do edital é atender ao Programa Nacional de Apoio às Incubadoras e Parques Tecnológicos do Governo Federal, que tem como meta elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, através da ampliação do patamar de investimentos e de maior apoio para projetos de risco tecnológico.

Também destinado a parques tecnológicos em operação e em implantação, o 2º instrumento oferecerá R\$ 500 milhões em crédito. Neste caso, a solicitação de recursos ocorrerá respeitando o procedimento atual de análise de

propostas adotado pelo programa INOVA Brasil.

Contratações da FINEP crescem 185% no primeiro semestre: R\$ 1.143 bi

A FINEP acaba de divulgar informações sobre seu desempenho no 1º semestre.

Neste 1º semestre do ano, a FINEP ampliou os setores apoiados, incluindo áreas como o transporte aéreo de passageiros, para o qual não tinham sido feitos desembolsos no mesmo período do ano passado. Além disso, entre os setores já apoiados, houve crescimento significativo do segmento eletroeletrônico, da agroindústria e farmacêutico, que registraram alta de 589%, 343% e 165%, respectivamente.

A taxa média oferecida ao cliente foi reduzida, passando de 5,22% no primeiro semestre de 2012 para 4,83% no mesmo período de 2013, em linha com a política operacional da FINEP de aumentar a atratividade dos investimentos em inovação para o setor empresarial.

Forma a facilitar o acesso ao crédito das microempresas e empresas de pequeno porte que desejam empreender atividades de inovação. As contratações do Inovacred somaram R\$ 250 milhões até junho de 2013.

Agência Finep - 24/07/13

Pagamento móvel é opção para as MPEs

Ainda iniciante no País, mas transformando a vida financeira em muitos países menos desenvolvidos, o mercado de pagamentos móveis deve ser uma opção para MPEs aumentarem a forma de efetuar e receber pagamentos.

A diferença de custo do uso do celular como terminal de transação em relação à máquina tradicional de cartão pode ser de até 90% para estabelecimentos, o que pode gerar uma demanda crescente desse serviço. E é apostando nesse segmento que empresas de tecnologia estão cada vez mais criando soluções para oferecer o serviço para as MPEs.

O objetivo é facilitar o negócios das MPEs para que eles também possam aceitar cartão de crédito. A PagCom, que começou o negócio em dezembro de 2012, espera atingir faturamento de R\$ 10 milhões este ano.

Com a regulamentação saindo este ano ou no começo do ano que vem, acredito que em dois, três anos o mercado de pagamentos móveis já vai estar no cotidiano das pessoas. A regulamentação abre espaço para exploração desse novo nicho de mercado.

DCI - 17/07/13

→ Info-Indústria

Taxa de sobrevivência de MPE alcança 76% aponta Sebrae

Indústrias de pequeno porte ocupam melhor posição, seguidas por comércio, construção civil e serviços.

A cada cem empresas criadas no Brasil, 76 sobrevivem aos dois primeiros anos. O levantamento aponta que, dos segmentos da economia, as indústrias são as que obtêm o maior sucesso no início, com o índice de sobrevivência de quase 80% nos dois primeiros anos de vida, a pesquisa aponta um avanço no índice de sobrevivência, que no levantamento de 2012 era de 73%.

Segundo estudo do Sebrae, a região com maior número de empresas que vencem a barreira dos dois anos de vida é a Sudeste, onde também se concentra a maior quantidade de pequenos negócios. De cada 100 empresas abertas, quase 80 permanecem ativas nos dois primeiros anos de vida.

Entre as atividades econômicas do setor de indústria, as com melhor desempenho são as que fabricam equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.

o contrário ocorre no setor de serviços, já que muitas vezes o investimento inicial é bastante baixo por não exigir o aluguel de um ponto comercial, entre outros fatores.

ESTADÃO PME – 10/07/13

Prêmio MPE Brasil tem inscrições até 16 de agosto

As inscrições para o Prêmio de Competitividade para MPE Brasil foram prorrogadas para o dia 16/11. Para participar, os empreendedores devem preencher gratuitamente a ficha cadastral na internet.

O objetivo da premiação é promover o aumento da qualidade e produtividade dos negócios, estimulando o aprimoramento da gestão de forma sustentável.

O MPE Brasil é destinado às empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões, com pelo menos um ano fiscal completo e domicílio fiscal no estado de inscrição, além de comprovação de regularidade fiscal e estatutária.

As empresas de serviços que não se enquadram nas categorias de acima.

Exame 09/07/2013

Inflação e alta dos juros afetam pequeno e médio empresário

Pesquisa divulgada na pelo Instituto de Ensino e Pesquisa, em parceria com o banco Santander, apontou queda generalizada nos índices de confiança do médio e pequeno empresário brasileiro com o futuro. Para os pesquisadores o aumento da inflação tem um papel importante nesse movimento, pois afeta a renda das pessoas.

Ainda de acordo com a pesquisa, a perspectiva de investimento também teve forte queda. No 2º trimestre do ano passado, a média apontada pelos entrevistados foi de 71,3 pontos, no mesmo período desse ano, a média foi de 68,1, queda de 3,2 pontos percentuais.

Os pesquisadores atribuem a queda na confiança com os rumos da economia as incertezas sobre os rumos do país, e com a perspectiva de mais um ano com baixo crescimento. O índice mostra que os pequenos e médios empresários possuem uma perspectiva menos positiva sobre a evolução da economia no curto prazo. O aumento da incerteza sobre os rumos da economia, associada à subida da inflação e ao baixo crescimento, são, provavelmente, os fatores que provocaram este declínio, concluiu o pesquisador do Insper.

DCI – 16/07/13

Mais de um milhão já colocam imposto na nota



Mais de um milhão de estabelecimentos comerciais já estão informando na nota fiscal o valor aproximado dos tributos incidentes nas mercadorias e serviços vendidos ao consumidor.

A estimativa é do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário que, junto com a ACSP, desenvolveu uma metodologia de cálculo para o comércio sancionada no final do ano passado.

A norma entrou em vigor no último dia 10 de junho e sua regulamentação ficará a cargo da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

A metodologia foi desenvolvido com base nas nomenclaturas de produtos e serviços, que resultaram no cadastro de 100 milhões de produtos.

A informação sobre o valor aproximado dos impostos e contribuições tributos aparece

também em termos percentuais e ocupa uma linha do cupom fiscal, destinada à mensagem publicitária. Para fazer os cálculos, o IBPT levou em conta a alíquota média de todos os regimes tributários, com fatores de ponderação, de forma que o sistema possa ser usado por estabelecimentos comerciais de todos os Estados e municípios brasileiros.

DIÁRIO DO COMÉRCIO 16/07/2013

HomologNet exigirá certificado digital a partir de setembro

A partir de 16 de setembro, empresas e sindicatos devem adquirir certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira para utilizar funções do Homolognet, sistema do Ministério do Trabalho e Emprego que permite o cadastro de informações referentes a rescisões contratuais.

O acesso ao sistema implantado em 2010 poderá ser realizado por meio de login e senha, como é feito atualmente, mas o certificado ICP-Brasil será necessário para que se disponha de serviços como a emissão do Termo de Quitação da Rescisão de Contrato para trabalhadores com vínculo há menos de um ano.

Utilizar o certificado ICP-Brasil no Homolognet significa, para o MTE, a ampliação da rede de serviços oferecidos à sociedade. Segundo informações do órgão, "a certificação digital possibilitará ao MTE oferecer novos serviços relativos à elaboração e rescisão contratuais, disponibilizando funcionalidades que só podem ser oferecidas a partir da segurança da certificação digital".

Convergência Digital 16/07/2013

China anuncia minipacote de estímulo

A China anunciou medidas para impulsionar sua desaquecida economia, na indicação mais forte até agora da preocupação dos líderes chineses com a desaceleração, temor que também evidencia uma mudança na abordagem de Pequim na gestão de sua economia. O "minipacote" de estímulo, embora de dimensão limitada, poderá levar a mais medidas de política econômica para dar sustentação ao crescimento.

Em 2008 a China implementou um gigantesco pacote de estímulo para defender-se da crise financeira mundial, o país está agora recorrendo a uma série de medidas focadas em reduzir o poder do governo e dar às empresas mais espaço para operar.

Valor Economico - 25/07/2013

→ Info-Notícias

MPEs terão acesso facilitado à inovação pela nova resolução do CONFAZ desobrigando do uso do Programa Fiscal-Emissor de Cupom Fiscal

O Confaz publicou o Ato Cotepe/ICMS 9, desobrigando as empresas que se enquadram no regime de tributação simplificada de utilizar o mesmo padrão do Programa Aplicativo Fiscal-Emissor de Cupom Fiscal obrigatório para faturamentos superiores a R\$ 3,6 milhões por ano.

O órgão acatou a necessidade de desonerar as pequenas e médias empresas, em uma iniciativa da Associação Brasileira de Automação Comercial (Afrac), que representa 90% de toda a cadeia produtiva do setor.

Com a aprovação dessa versão, a previsão é que pelo menos outros 30% migrem para a automatização no próximo ano, um crescimento de 100% sobre o número atual, já que hardwares com configurações básicas terão capacidade para a instalação do novo software.

DCI - 11/07/13

Regime simplificado diminui tributos e aumenta arrecadação

Os regimes tributários reduzidos e descomplicados do Simples e do MEI completaram, no dia 1º de julho, seis e três anos de vigência, respectivamente, com bons resultados para comemorar. Nesse período, esses regimes diminuíram tributos, fizeram aumentar a arrecadação de municípios, de estados e da União e contribuíram para o maior processo de formalização de pequenos negócios no Brasil.

Em 1º lugar, merece destaque que a receita fiscal gerada por MPEs e microempreendedores individuais passou de R\$ 8,38 bilhões, no 1º ano de vigência do Simples, em 2007, para R\$ 46,5 bilhões, em 2012. Ao longo desses anos, o regime que deu tratamento diferenciado às MPEs por meio da unificação de 8 impostos e redução em até 40% da carga tributária completou mais um ano com mais de R\$ 200 bilhões arrecadados e com a adesão de aproximadamente 7,5 milhões de empresas, quase a metade composta por MEI.

Em seguida, vale realçar que a inclusão ao Microempreendedor Individual, na maioria dos casos por quem trabalhava na informalidade, chegou à marca de 3.154.265 adesões, de acordo com dados da Receita Federal do Brasil.

Os resultados reforçam as pesquisas que apontam o Brasil como um país de empreendedores.

O Brasil aparece como o 4º país do mundo em número de empreendedores – a 37,4 milhões – superior à população de 119 países. Só perde para os Estados Unidos da América, China e Nigéria.

DCI - 11/07/13

Faturamento das MPEs da Indústria tem queda de 6,1% em maio

No mês de maio de 2013 a receita total das MPEs foi de R\$ 47,3 bilhões, R\$ 1,1 bilhão a mais do que em igual período do ano passado. O comércio teve o melhor desempenho, com alta de 7,7% no faturamento, na mesma base de comparação. Os setores de serviços e indústria foram na direção oposta, com queda de 0,4% e 6,1%, respectivamente.

No acumulado do ano de 2013, as MPEs tiveram aumento de 3,9% na receita real ante os cinco primeiros meses de 2012. No entanto, esse porcentual caracteriza uma desaceleração no crescimento. Na comparação do resultado de janeiro a maio de 2012 com igual intervalo de 2011, o crescimento havia sido de 8,9%, o crescimento fraco da economia do País também contribuiu para atenuar o desempenho das MPEs, quanto ao faturamento.

Essa deterioração das expectativas dos donos de MPEs vai na linha das projeções dos analistas de mercado, que em janeiro falavam em crescimento de 3,3% do PIB para 2013 e agora projetam 2,4%, espera-se um crescimento mais tímido da receita das MPEs este ano. A base elevada de comparação - consequência do aumento significativo do faturamento das MPEs em 2012 - e a desaceleração do consumo interno contribuem para essa expectativa.

Brasil Econômico 15/07/13

Superávit comercial da Europa com Brasil triplica de janeiro a abril

A vantagem da Europa no comércio exterior com o Brasil cresce mês após mês. Dados divulgados mostram que o saldo comercial positivo dos europeus com os brasileiros atingiu 2,3 bilhões de euros no acumulado de janeiro a abril de 2013. O valor é 228% maior que o observado um ano antes, quando o saldo somava 700 milhões de euros. Com esse desempenho, o Brasil já é o responsável pelo quarto maior superávit na balança comercial europeia, atrás apenas dos Estados Unidos, Suíça e Turquia.

Por outro lado, as exportações europeias ao Brasil não param de crescer - ainda que a um ritmo mais lento. Nos quatro meses, foram embarcados 13 bilhões de euros em mercadorias produzidas na Europa para o mercado brasileiro. Atualmente, o Brasil é o oitavo maior destino das exportações europeias, atrás dos Estados Unidos, Suíça, China, Rússia, Turquia, Japão e Noruega.

Apesar de ser o oitavo na lista das exportações, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking dos maiores superávits comercial da Europa. A explicação para a piora dos números pode ser encontrada a milhares de quilômetros do velho continente, na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Segundo números do governo brasileiro, a venda de produtos brasileiros manufaturados à União Europeia caiu em manufaturados nos quatro primeiros meses do ano. A venda de produtos básicos recuou 6% no mesmo período e o embarque de semimanufaturados seguiu praticamente estável.

16/07/2013 Agência Estado

Avanço da arrecadação do Simples é o dobro da média

A arrecadação do regime de tributação Simples cresceu mais do que o dobro do que o recolhimento federal. Enquanto o fisco arrecadou 6,97% a mais de janeiro a junho deste ano ante o mesmo período de 2012, em termos nominais, no Simples, aumentou 16,16% nessa base de comparação, ao passar de R\$ 21,984 bilhões para R\$ 25,536 bilhões, de acordo com dados da Receita Federal.

A maior parte desse recolhimento é relacionada aos tributos federais, cujo montante subiu de R\$ 16,684 bilhões na primeira metade de 2012, para R\$ 19,436 bilhões no acumulado até junho, o que representa uma alta de 16,49%. Essa arrecadação é maior porque engloba Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); (IPI); (CSLL); e (Cofins); Contribuição para o PIS/Pasep; e Contribuição Patronal Previdenciária (CPP). Todos são recolhidos em uma única declaração mensal.

De acordo com dados da Receita, divulgados no site do Simples Nacional, a arrecadação de ICMS avançou 17,48%, ao passar de R\$ 1,752 bilhão no acumulado até junho de 2012, para R\$ 2,070 bilhões no mesmo período deste ano. Nessa base de comparação, o recolhimento de ISS apresentou aumento de 13,63%, para R\$ 4,061 bilhões.

DCI - 26/07/13

→ Calendário de Eventos Gratuitos

PALESTRAS DE GESTÃO

01/08

Sala de Capacitação

Local: Trevisan

08/08

RH Estratégico

Local: SIAMFESP

14/08

Administração do Tempo

Local: Sinbeviro

14/08

Sped Fiscal e Contábil

Local: Sinduscon

16/08

**Tecnologia da Informação
para as MPE's**

Local: FIA



SALA DE CRÉDITO

07/08

Sala de Crédito

Local: CIESP Distrital Leste

AGENDE-SE



FIESP

10/10/2013, das 8h30

às 19h00

Hotel Renaissance - SP

➔ Dicas de Gestão

Gestão empresarial num cenário de juros menores

Por, Roni de Oliveira Franco

A acentuada queda da taxa básica de juros, a Selic, verificada no Brasil desde 2011, quando saímos de um índice de 12,25% ao ano, em agosto, para os atuais 7,25%, torna ainda mais necessária a eficácia na gestão da empresa. Se antes era possível engordar o lucro com aplicações financeiras, agora o rendimento ínfimo torna muito mais atrativo investir mais no core business, no bom desempenho operacional e econômico da empresa e no crescimento das margens de lucro advindas de sua produção e/ou serviços.

Os juros menores também significam dinheiro mais barato para os investimentos produtivos, estimulando as empresas à expansão, modernização de equipamentos e tecnologia e outras melhorias no aprimoramento de suas atividades. Tal possibilidade também se reflete positivamente na satisfação dos clientes e consumidores, propiciando aumento de vendas. Abre, portanto, a possibilidade de um círculo virtuoso, com o qual todos ganham, considerando que quanto mais as empresas crescerem, criarem empregos, gerarem renda e recolherem impostos, maior será a expansão de nosso PIB e mais rápida nossa caminhada ao desenvolvimento.

Entretanto, para que tudo isso seja viabilizado, é imprescindível que os empresários aprimorem cada vez mais a administração de todos os itens que compõem as atividades-fim e as atividades-meio de uma empresa. Produtividade, custos, equilíbrio financeiro e dos fluxos de caixa, contabilidade correta, pagamento de tributos, recursos humanos, qualidade e bom atendimento devem ser otimizados. É importante ser realista e crítico nas negociações com fornecedores e clientes e nas tomadas de decisão, trabalhar sempre com planejamento.

A falta no controle dos processos, ou pior, a ausência dela poderá ser fatal aos empresários. Agora, o empirismo definitivamente precisa ser abandonado. É hora da eficiência! Anos de juros elevados levaram muitas empresas a se acostumarem com o ganho no mercado financeiro, relevando a administração eficiente do seu negócio. Neste momento, é muito importante adotar novas posturas ante a transformação da economia brasileira. Estamos quase com pleno emprego, numerosos

segmentos mercadológicos aquecidos e com bom potencial de crescimento em 2013. Há oportunidades concretas para os negócios.

Constantemente, ouvimos comentários sobre as dificuldades que as empresas nacionais têm frente às estrangeiras, perdendo mercado lá fora e aqui dentro. Claro que esses problemas não serão solucionados apenas com a melhoria da gestão empresarial, pois envolvem os obstáculos estruturais do País, como impostos elevados, burocracia excessiva e insegurança jurídica. Entretanto, organizar e gerenciar a empresa corretamente são grandes passos para o sucesso e expansão dos negócios, num cenário de juros mais baixos, e imensa contribuição à competitividade do País, que favorece a economia, o universo corporativo, a sociedade e cada cidadão!

Roni de Oliveira Franco é administrador de empresas, sócio da TG&C - Trevisan Gestão & Consultoria e da Efycz Trevisan.

E-mail: roni.franco@tgec.com.br.

Info-MPMIs

O informativo quinzenal da **micro, pequena e média indústria** do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria – DEMPI da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP

Av. Paulista, 1313 - 5º Andar
São Paulo - SP
e-mail: dempifiesp@fiesp.org.br

Seja nosso seguidor no
twitter: @dempifiesp

Até a próxima Edição!!!